

Relatório de participação

Evento: ICANN 59

Datas: 25 a 29 de Junho de 2017

Local: Johannesburg / África do Sul

Conselheiro: Thiago Tavares Nunes de Oliveira
Representante do Terceiro Setor no CGI.br

Nota introdutória: o presente relatório pretende registrar, de forma sucinta, a minha participação no evento em epígrafe, com destaque para as sessões de maior interesse e relevância para o segmento do terceiro setor que eu represento no CGI.br. O relato não é exaustivo, e procura evitar redundâncias e sobreposições com os relatórios já elaborados pela assessoria do CGI.br e pelos demais conselheiros que participaram do mesmo evento e disponibilizaram seus respectivos relatórios. A lista com todas as sessões que eu participei consta do Anexo 1.

Domingo – 25/06

O destaque do primeiro dia de trabalho durante a ICANN 59 foi a reunião bilateral com o Sr. Akram Atallah, Diretor da Global Domain Division da ICANN, para tratar das controvérsias em relação ao uso, no segundo nível dos gTLDs, de códigos de letras de países e territórios constantes do padrão ISO 3166-1 alpha-2¹

O tema é de grande relevância para o CGI.br (vide resolução CGI.br/RES/2017/017²) e para o NIC.br, uma vez que a liberação de duas letras no segundo nível certamente afetará a percepção de valor dos sufixos de países, e poderá representar concorrência desleal dos genéricos com os ccTLDs, inclusive no espaço do .br, que atualmente detém cerca de 80% do *market share* no Brasil.

Durante a referida reunião, que não constava na agenda prévia ao evento, o Sr. Akram Atallah apresentou um documento, elaborado pela própria ICANN, que enfatizava os seguintes números:

- 199 “BR” 2 letter country code registrations at the second level in TLDs
- 110 registrations in gTLDs (5 in legacy TLDs)
- 89 registrations in ccTLDs
- Only seven 2-letter country code registrations under .BR ccTLD

Dentre as quase 2 centenas de TLDs da lista, notam-se domínios de interesse estratégico para o país, como por exemplo o br.country, como também TLDs de grande interesse comercial ou setorial, tais como: br.digital; br.hotels; br.football; br.soccer; br.pizza; br.taxi; br.media; br.wine, dentre outros.

Ao ser questionado por mim sobre a data de ativação do “BR” em cada um dos TLDs, o Sr. Akram Atallah informou não ser possível³ obter essa informação “facilmente”, mesmo reconhecendo que a lista foi gerada a partir de *queries* feitas diretamente na raiz (status end of May 2017)

1 Disponível em: <https://www.iso.org/iso-3166-country-codes.html>

2 Disponível em: <https://www.cgi.br/resolucoes/documento/2017/017>

3 Comparando-se as listas de deploy diários no *root zone server* (administrado pela ICANN) com um simples comando *-diff* num terminal Linux é possível tecnicamente obter essa informação com facilidade.

A lista dos 7 (sete) TLDs com 2 letras sob o .BR, contudo, consiste em domínios de uso exclusivo de segmentos específicos, tais como: mp.br (ministério público); bn.br (biblioteca nacional); tv.br (emissoras de TV); etc

Na minha avaliação a lista elaborada pela ICANN e apresentada pelo Sr. Akram Atallah durante a reunião bilateral tem um objetivo claro: sustentar uma narrativa na linha do "vocês do CGI.br estão brigando contra um fato consumado"

A proposta de compromisso apresentada pelo Sr. Akram Atallah foi na linha de inversão do ônus de responsabilidade para que os operadores de ccTLDs façam a verificação de conformidade de cada um dos planos de mitigação de centenas de TLDs diferentes, e de um novo PDP (Policy Development Process) válido só para a nova rodada de genéricos. A proposta, evidentemente, não foi bem recebida pela delegação brasileira. O slide a seguir resume as etapas do processo que resultou na liberação das 2 letras no segundo nível.

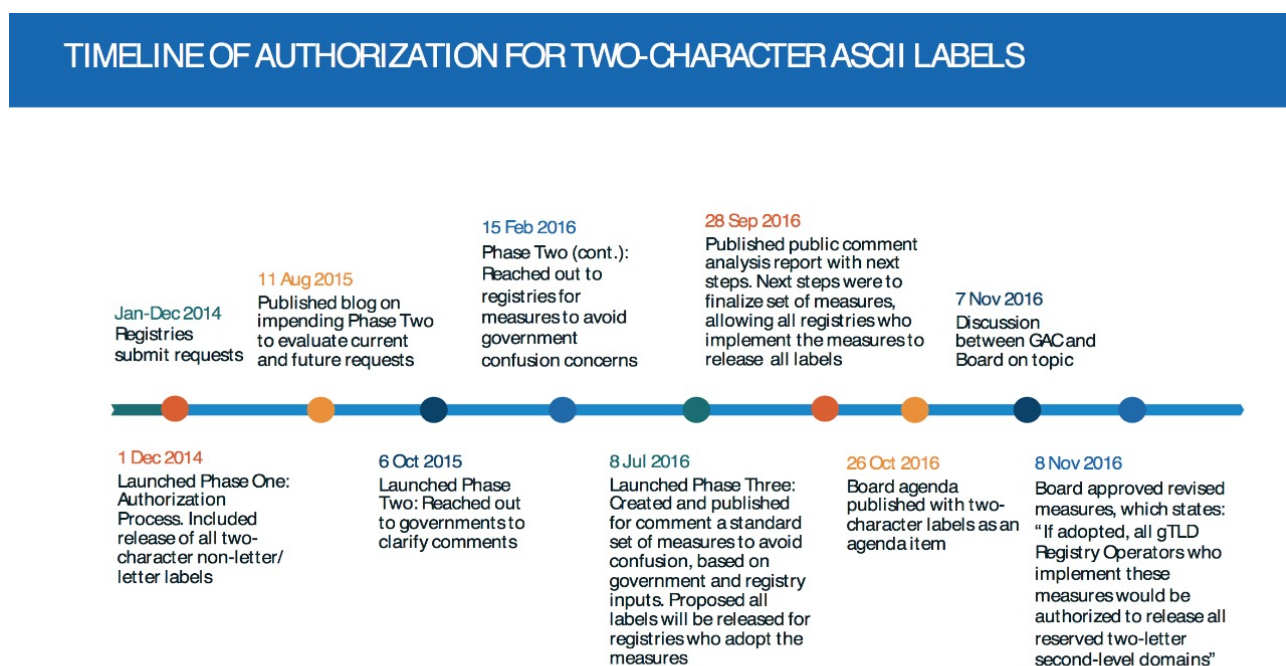


Fig 01 – Etapas do processo de autorização das 2 letras no segundo nível. Fonte: <https://gacweb.icann.org/?preview=/27132037/45645873/ICANN%20-char-16May2017%20Final.pdf>

No mesmo dia participei da reunião do CCWG Accountability, cujo destaque ficou por conta do relato do subgrupo sobre Jurisdição, tema de grande interesse e relevância para o Brasil. A conclusão do subgrupo, anunciada pelo Thomas Rickert, foi de que se tomará a jurisdição da Califórnia como *baseine* para todas as recomendações, e que não se impulsionará as recomendações para mudar jurisdição de incorporação da ICANN, nem a localização de sua sede física.

Rússia, China, Irã e Brasil manifestaram-se insatisfeitos com essa abordagem. Em síntese, eis as posições defendidas: Rússia: a jurisdição já havia sido usada pela "wave 1" para a "wave 2" e não deveria ser considerada novamente. O risco da OFAC seria um "risco para a estabilidade dos usuários de internet em todo o mundo". O mecanismo de imunidade poderia ajudar a evitar esse problema no futuro. Os advogados devem ser envolvidos em uma análise detalhada das opções e implicações de uma eventual mudança na jurisdição de incorporação da ICANN. China: a jurisdição está relacionada à legitimidade da ICANN como instituição internacional. "O acordo ou a consulta política internacional não deve ser influenciado pela lei ou jurisdição local", ou seja, quando a

ICANN é confrontada com um processo judicial. Para o Irã, "a jurisdição não está em boa forma". O representante do Irã não concordou com a interpretação de "maioria" e "minoría". Ou "A ICANN é inclusiva em várias partes interessadas, ou não é". Além disso, o OFAC não foi projetado para o DNS - mas se estendeu a ele", concluiu. O Brasil concordou com a recomendação dos Co-Chairs de não rediscutir a deslocalização da ICANN. No entanto, os mecanismos de resolução de litígios devem ser abordados, uma vez que permitiriam um certo conforto dos governos que operam dentro da ICANN, pois "os interesses nacionais não seriam tratados automaticamente pelos tribunais dos EUA, mas [em vez disso] guiados por regras acordadas", concluiu o Emb. Benedicto Fonseca.

Já o subgrupo de transparência recomendou baixar de USD 1 milhão para USD 20k o critério de transparência ativa dos contratos (protegidos por cláusulas de confidencialidade) com escritórios de advocacia e outras pessoas/grupos contratados pela ICANN para atividades políticas e de lobby nos EUA e em outros países. Essa medida, caso venha a ser implementada, lançará um feixe de luz estratégias de outreach e advocacy da ICANN em muitos países, como também nas relações entre a ICANN e alguns membros da comunidade, que atuam como "longa manus" dos interesses comerciais, políticos e estratégicos da ICANN em seus respectivos países e regiões, incluindo o Brasil e a América Latina.

Jurisdiction

Reporting Period:
JUNE 17

Progress:  20%

Status: on-track (revised schedule)

Updates:

- Working on completing review and evaluation of [questionnaire](#) responses.
- Working on completing the analysis of ICANN's current & past litigations.
- Subgroup continued discussions on the topic of jurisdiction of incorporation. Decision was taken by CCWG co-chairs for subgroup to take Californian jurisdiction as a baseline for all its recommendations.

Upcoming Activities:

- Continue review and evaluation of questionnaire responses.
- Continue review and summaries of ICANN's current and past litigations.

Open Items:

Rapporteurs: Greg Shatan

of signed-up Active Participants: 68

of signed-up Observers: 45

Useful links:

- [Wiki](#)
- [Mailing List archive](#)
- [Meetings schedule](#)

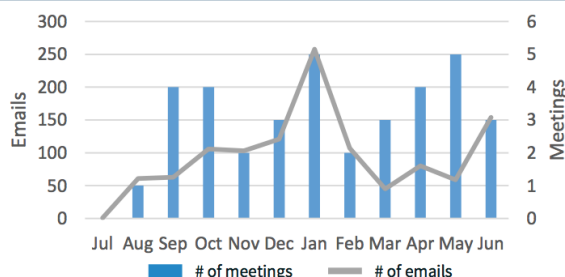
Description / Scope: (Based on Annex 12)

Main issues relate to influence of ICANN's existing jurisdiction on the actual operation of policies and accountability mechanisms, primarily disputes involving ICANN, i.e., "choice of law" and "venue", but not necessarily the place of ICANN incorporation. This focus should include:

- Confirming and assessing the gap analysis, clarifying all concerns regarding the multi-layer jurisdiction issue.
- Identifying potential alternatives and benchmarking their ability to match all CCWG-Accountability requirements using the current framework.

Activity:

Total # of meetings:	36
Total # of emails:	1158
Collective hours on calls:	877



Work Plan:

Task	Due Date	Status
Start work	Aug	✓
Document questions to answer	Sep	✓
Document work to do	Apr	✓
Prepare discussion draft for CCWG	Jun	✓
Produce draft for CCWG	After ICANN59	
Produce draft for PC	tbd	
Public Comment	tbd	
Revise draft	tbd	
CCWG approval	tbd	



Based on data available from the WS2 wiki – this is a high level summary of the work underway.

- On-track
- ▲ Behind schedule, but recovery still possible

- Not started
- Target will be missed
- Completed

Updated on
23 Jun 17

| 16

Fig 02 – Dashboard com o andamento dos trabalhos sobre o GT de Jurisdição

Segunda-feira (26/06)

A sessão do GAC Public Safety Working Group (GAC-PSWG) retomou a discussão iniciada em Copenhague com os representantes da vTLD Consortium. O Consórcio de Domínios de Nível Superior Verificado (vTLD) é uma associação informal e voluntária de operadores de registro de Domínios genéricos de alto nível (gTLDs) e provedores de terceiros que administram ou suportam vTLDs. Guiada por auto-critérios, a associação requer o preenchimento dos seguintes critérios para um vTLD:

1. Verificação da elegibilidade antes do uso. Garantir identidade e alinhamento do registrador do nome de domínio com as políticas do registro;
2. Aderência aos padrões. Exigir que os registantes do nome de domínio mantenham as credenciais necessárias ao participante no vTLD e respeite as políticas de registro.
3. Autonomia para recuperar o nome. Os operadores de registro têm discricção e autoridade para recuperar um nome de domínio no caso de qualquer violação das políticas de registro.
4. Verificação contínua. Os operadores de registro assegurarão a elegibilidade contínua de vTLDs através de reverificações ou auditorias.

Dentre os associados, destacam-se os operadores dos genéricos: .bank / .insurance / .pharmacy / .autos / .org .ngo

ALAC anunciou a ampliação do programa de *Capacity Building* em *Internet Governance* na LAC (destaque p/ o curso *Governance Prime* no Brasil, desenvolvido em parceria com os Fellows e os jovens do programa NextGen). Essa iniciativa aparentemente desconsidera a existência da EGI do CGI.br, no que parece ser uma estratégia da ICANN em consolidar e ampliar a sua própria escola de Governança da Internet na América Latina (batizada de SusInGI), numa iniciativa que está sendo gestada em parceria com a UNILA⁴

Outro tópico de interesse discutido pela comunidade ALAC diz respeito aos abusos nos novos gTLDs. Um exemplo é o *.creditcard*, contratado pela Donuts, cujo parecer do *staff* da ICANN contrasta com a posição do ALAC, que manifestou grande preocupação com a possibilidade de abuso, nos seguintes termos: *“Credit card phishing is very common and a serious issue. TLD will lend credibility. Details of abuse monitoring and other preventative measures, including timing of such measures and restrictions preventing repeat abuse possibly could lessen concern”*⁵

Na área de *illegal content* foram anunciadas algumas novidades desde a ICANN 58 em Copenhague, com destaque para um novo serviço⁶ de alertas (pago) oferecido aos registries e registrars pelo IWF no Reino Unido (que participa do PSWG por meio do John Carr). Esse serviço de alertas de abuso no DNS lançado em abril passado com o apoio da Donuts e da Rightside na prática implementa o modelo do *notice and take down* no espaço do DNS. Em conversas informais, alguns ccTLDs enxergam na movimentação do IWF/Donuts/Rightside uma tentativa de legitimar o NTD (*notice and takedown*) no DNS (sob a bandeira de combate a pornografia infantil), com o real objetivo de ampliar o enforcement de intellectual property rights.

4 Vide descrição na pag. 07 do relatório do Country Manager da ICANN para o Brasil: <https://www.icann.org/pt/system/files/files/lac-year-review-2016-17may17-pt.pdf>

5 Estas e outras avaliações podem ser conferidas em: <https://community.icann.org/pages/viewpage.action?pageId=64077451&preview=/64077451/66085666/GAC%20Cat1%20Summary-ALAC.pdf>

6 Anúncio disponível em: <https://www.iwf.org.uk/our-services/domain-alerts>

Esse tema deve ganhar espaço e maior relevância no âmbito do GAC PSWG a partir da reunião de Abu Dhabi, tendo em vista a liderança reivindicada pelo Reino Unido no tema.

Por sugestão do Niels ten Oever, a NCUC também deve se debruçar sobre as políticas anti-abuso no DNS no âmbito de um GT *ad hoc* criado após a reunião de Johannesburg com o objetivo de mapear os temas e descrever suas implicações. O resultado preliminar desse estudo deverá ser apresentado na próxima reunião da ICANN em Abu Dhabi.

Terça-feira (27/06)

Merecem destaque as sessões sobre Direitos Humanos e a continuidade do GT sobre Segurança Pública.

A sessão sobre Direitos Humanos reafirmou a importância do framework de interpretação (FoI-HR) colocado em consulta pública em 05 de maio de 2017 e aberta a comentários até 16 de junho passado. Reafirmam-se as bases conceituais que estruturam o FoI-HR, desenvolvido no âmbito do CCWG-Accountability (work stream 2), a saber: os direitos humanos e as liberdades fundamentais são universais, indivisíveis, interrelacionadas, interdependentes e mutuamente reforçadores. Ao mesmo tempo em que reforça as bases conceituais, o FoI-HR também deixa claro que a ICANN não deve expandir sua missão sem respeitar os direitos humanos, mas sim garantir que suas operações e processos de desenvolvimento de políticas não causem Impacto negativo sobre os direitos humanos.

O FoI-HR também descreve claramente que todas as organizações de apoio e comitês consultivos, além da ICANN.org, devem desenvolver seus próprios métodos para garantir que estejam à altura dos núcleos fundamentais dos Direitos Humanos. A referência aos Princípios de Ruggie continua sendo apontada pelos representantes da sociedade civil como referência para uma abordagem apropriada para o ambiente ICANN. Não houve, contudo, avanços nessa direção, ficando para Abu Dhabi a decisão sobre sua adoção.

O *staff* da ICANN, por sua vez, explicou que a organização atualmente se refere, mas não se limita a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as convenções internacionais sobre a eliminação de todas as formas de discriminação, dos direitos das pessoas com deficiência, etc. No entanto, foi observado nas discussões que "nenhum desses instrumentos tem uma aplicação direta à ICANN porque eles apenas criam obrigações para os Estados Nacionais", que devem então incorporá-los na suas respectivas legislações e, subsequentemente, precisam cumpri-la. Esses *standards* podem, portanto, apenas "informar a ICANN para entender o que os padrões de Direitos Humanos devem ser", esvaziando com isso qualquer possibilidade de *enforcement* dos direitos e princípios na ICANN.

Como já dito, os "core values", segundo o FoI-HR, não deve ser interpretado para criar uma obrigação para a ICANN extrapolar sua missão ou ir além das obrigações encontradas na legislação aplicável. Até agora, três membros da GAC comentaram sobre o FoI-HR, incluindo o Reino Unido, a Suíça e o Brasil. O tema Direitos Humanos deve ganhar maior destaque na próxima reunião da ICANN em Abu Dhabi, quando possivelmente o FoI-HR poderá ser oficialmente adotado.

O foco da sessão do GAC Public Safety Working Group (GAC-PSWG) se concentrou nas discussões sobre a estratégia e a organização interna do PWSG. Foram definidos os temas prioritários e os líderes dos GTs. A tabela a seguir sintetiza o resultado deste exercício, cujos desdobramentos serão observados nas próximas reuniões da ICANN.

Tópico e processo / Iniciativa		Foro	Líder no PSWG
Abuse Mitigation			
	Domain Abuse Activity Reporting Project	OCTO	Iranga Kahangama (US FBI), Vincent Ngundi (KE)
	Identifier Technology Health Index	OCTO	N/D
	DNS Marketplace Health Index	GDD	N/D
	CCT Review Abuse Study	GDD	N/D
	Child Protection Online	PWSG	Mark Carvell (UK)
	Security Framework for Registries	GDD	Iranga Kahangama (US FBI)
	Verified TLD Initiative	Industry	Dirk Balau (US DEA), Jason Plomp (RCMP)
Registration Data Accuracy, Accessibility & Privacy			
	Next Generation RDS PDP	GNSO	Gregory Mounier (Europol), Tjabbe Bos (EC), Matteo Lucchetti (CoE)
	RDS Review Team	Review	Cathrin Bauer-Bulst (EC), Lili Sun (Interpol), Thomas Walden (US DOJ)
	Privacy Proxy Services IRT	GDD	Nick Shoney (UK NCA), Matteo Lucchetti (CoE)
	GDPR Impact Assessment	GDD / CC	Cathrin Bauer-Bulst (EC)
	Procedure for Handling Whois Conflict with Privacy Laws	GDD	Cathrin Bauer-Bulst (EC), Amy Sansbury (US DEA), Carmen Alvarez (US DEA)
	Potential RDAP Pilot Program	RySG	N/D
Cross-Cutting processes			
	CCT Review	Review	Laureen Kapin (US FTC)
	Auctions Proceeds CCWG	CCWG	N/D
	New gTLD Subsequent Procedures PDP	GNSO	N/D

Tabela 01 – Lista de temas prioritários do PSWG definidos em Johannesburgo

É fato notório que o PSWG ganhou tração a partir da reunião de Copenhague e deve ocupar um espaço cada vez maior na agenda do GAC, com reflexos em outras constituencies. No tocante ao subgrupo sobre “*Child Protection*” liderado pelo representante do Reino Unido no GAC, é de se esperar uma maior sinergia com as posições polêmicas defendidas pelo Governo de Teresa May em relação a Internet, o que aumentará a fricção com os grupos de interesse que defendem maior privacidade, liberdade de expressão e neutralidade no DNS. Uma amostra das posições e propostas que poderão ser defendidas pelo Reino Unido nesse subgrupo pode ser conferida no blog⁷ do Sr. John Carr, membro indicado pelo Governo do Reino Unido para atuar ao lado do Mark Carvell no GAC

A sessão do GDPR, embora lotada, tratou de forma superficial o tema, que é complexo e terá um impacto tremendo nas operações da ICANN e dos registries e registrars. As 2 diretivas (EU

7 Disponível em : <https://johnc1912.wordpress.com/category/icann/>

2016/680⁸ e GDPR⁹) devem ser lidas e interpretadas em conjunto, pois entrem em vigor no mesmo prazo: junho de 2018. O tema certamente será retomado na próxima reunião em Abu Dhabi.

Quarta-feira (27/08)

Os destaques do dia foram as discussões em torno das 2 letras no segundo nível dos genéricos no âmbito do GAC - que tratou do assunto nas reuniões conjuntas com o Board e o GNSO – o debate em torno dos nomes geográficos e a reunião da NCUC.

A sessão sobre planejamento e orçamento da ICANN (Operational side of ICANN's OPS Plan and Budget) também merece destaque, pois tratou, dentre outros temas, dos dilemas do programa de bolsas (Fellowship e NextGen Programs) da ICANN, que nas palavras da gerente de engajamento da ICANN soaram assim:

[...] “how do we know we're doing the right thing? how do we know the money we spent on engagement is turning into volunteers? question one. question two: how do we know that they're turning into volunteers that's all useful to us, us being the wide broad community? how do we make sure that they stay? we see lots of people coming in but we don't necessarily see them turning into volunteers or volunteers with my so/ac structure that are helping with my working group. are we getting enough people to icann? are there enough women? are there enough transgender people? are there enough people that come from different stakeholder group? are there another people from different countries? do we even know what the zero benchmark is? do we know what the target is? how are we getting on? these are all key measurement questions”

No intuito de responder algumas dessas perguntas, a ICANN realizou uma pesquisa com cerca de 650 bolsistas dos últimos 10 anos. O resultado está disponível online¹⁰ e merece ser lido, pois contém subsídios para aperfeiçoarmos o sistema de concessão de bolsas pelo CGI.br. Ainda sobre o tema, ressaltou a gerente de engajamento da ICANN:

[...] how do we do more, and how do we drive effectiveness? so what is the role of face-to-face capacity investment versus online learning? what is the role of regional sessions versus global sessions? what role do icann meetings play, doort and so forth? [...] how do we make sure stakeholders in the reason have what they need. and i can tell you what they mostly ask us for is capacity building and capacity development. o it's a critical part of delivering our successful goal -- of delivering successfully, you know, qualified volunteers that don't just know how to participate but that want to participate. **the problem is that we're losing far too many people out of the back of the fellowship program, and that they disappear** -- we're not connecting and, if you will, converting that into enough fellows”

Como se vê, em boa medida são os mesmos dilemas enfrentados pelo CGI.br em relação as bolsas para o Fórum da Internet, EGI, IETF, LACIGF e IGF.

Interessante notar que em meio a polêmica em torno da disputa sobre a delegação do .AMAZON a ICANN lançou uma versão¹¹ do seu *fellowship program* destinada exclusivamente para a comunidade indígena. Não será surpresa se aparecer algum bolsista da região amazônica em Abu

8 Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv:OJ.L_.2016.119.01.0089.01.ENG

9 Hotsite oficial da Comissão Europeia com informações sobre a GDPR: <http://www.eugdpr.org>

10 Vide relatório com o resultado da pesquisa: <https://www.icann.org/en/system/files/files/icann-fellowship-program-10-year-survey-dprd-28jun17-en.pdf>

11 Vide anúncio oficial no site da ICANN: <https://www.icann.org/news/announcement-2017-06-14-en>

Dhabi fazendo intervenções favoráveis a delegação do .AMAZON para a empresa AMAZON INC durante o Open Forum.

A reunião da NCUC tratou de temas administrativos e de políticas, com ênfase nos debates em torno dos *auctions procedures* (recursos obtidos pela ICANN com os leilões de novos gTLDs em disputa) e nomes geográficos. Não houve consenso em relação a esses 2 temas, e como resultado foram criados 2 GTs *ad hoc* para trabalhar numa proposta mais elaborada e consistente que deverá ser discutida na reunião de Abu Dhabi.

Estranhamente o comitê executivo da NCUC convidou novamente um representante da indústria farmacêutica para participar da reunião (esse episódio já havia ocorrido em Copenhague), que utilizou tempo preciso da reunião para fazer uma pregação em defesa dos interesses comerciais da indústria farmacêutica. O episódio é relevante e merece citação neste relatório para ilustrar, a parir de um exemplo concreto, as possibilidades de captura que podem ocorrer nos processos da ICANN, sobretudo em razão da complexidade dos temas e conflitos de interesse nas agendas de alguns membros da comunidade.

Quinta-feira (28/08)

O último dia da ICANN 59 concentrou-se nas discussões transcomunitárias sobre nomes geográficos e nas sessões de *wrap-up* do GNSO, At-Large e ALAC.

A sessão do ALAC tratou essencialmente de assuntos administrativos (budget) critérios para pagamento passagens de membros para a próxima reunião em Abu Dhabi, eleição do León Sanches para o Board, etc.

A sessão transcomunitária sobre nomes geográficos realçou a clivagem existente entre a comunidade dos ccTLDs e o GNSO em torno das 2 letras no segundo nível. Enquanto o ccNSO entende que é sua atribuição a gestão de sufixos de países – com 2 ou 3 letras – o GNSO (controlado majoritariamente pelo setor empresarial que opera no mercado de genéricos) entende que é sua atribuição definir políticas para os domínios genéricos, incluindo o controverso uso de 2 letras no segundo nível.

A sessão deixou claro a necessidade de um sistema de *checks and balances* para balizar a crescente disputa política entre o GNSO e o ccNSO. O conselheiro Flavio Wagner fez uma ótima sugestão do CGI.br / NIC.br realizarem um estudo que “poderia ser divulgado internacionalmente, com análise de aspectos técnicos e legais da tabela da ISO e suas implicações sobre nomes de domínio e, em última linha, sobre as competências da ccNSO e da GNSO”. Nessa linha, eu propus que fosse incluído no referido estudo, caso venha a ser realizado, um mapeamento dos usos do .BRA como padrão para identificar o Brasil na comunidade internacional (ex: Fifa, COI, comunicação diplomática, sistema swift, etc)

Por fim, merece registro os grandes números da 59ª reunião pública da ICANN: 169 sessões públicas; 1.336 participantes; 53 fellows (bolsistas); 13 jovens bolsistas do programa NextGen; 95 participantes da região da América Latina e Caribe, sendo aproximadamente 25 do Brasil.

O relatório oficial completo com todos os números do evento encontra-se disponível neste enlace: <https://meetings.icann.org/en/johannesburg59/icann59-technical-report-24jul17-en.pdf>

Anexo I – Sessões e reuniões das quais participei durante a ICANN 59 em Johannesburgo

Domingo (25/06)

- CCWG Accountability
- Reunião bilateral com Akram Atallah, Diretor da GDD da ICANN

Segunda-feira (26/06)

- GNSO - Non Commercial Stakeholder Group (NCSG) Outreach and Strategy Meeting
- ALAC and Regional Leaders Working Session Part 2
- GAC Session on 2-Character Country Codes as Second Level Domains
- GAC Public Safety Working Group Update to GAC Plenary
- GAC Session on the CCT Review Update
- ccNSO/GNSO Joint Council meeting

Terça-feira (27/06)

- GAC and ALAC Meeting
- GAC Human Rights and International Law Working Group Session
- GNSO - Non Commercial Stakeholder Group (NCSG) Policy Committee Meeting
- GDPR and its potential impact: looking for practical solutions
- GAC Public Safety Working Group meeting
-

Quarta-feira (28/06)

- GAC Meeting with the ICANN Board
- GNSO - Not-for-Profit Operational Concerns (NPOC) Constituency Day
- GAC and GNSO Meeting
- GNSO Council Public Meeting
- Operational side of ICANN's OPS Plan and Budget
- GNSO - Non-Commercial Users Constituency (NCUC) Policy Session

Quinta-feira (29/06)

- At-Large Capacity Building Working Group
- ALAC and Regional Leaders wrap up
- GNSO Wrap-Up Session
- Cross Community Discussion – Geographic Names at the Top-Level Session II